



CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

EXECUÇÃO DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA

FUNDAMENTOS DE SUA
INCONSTITUCIONALIDADE

Área específica

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Direito Civil, Direito Constitucional,
Direito Eleitoral, Direito Penal, Direito Processual
Penal, Direito Público, Direitos Humanos

Público-alvo/consumidores

Professores, juízes, promotores,
procuradores e estudantes

O presente estudo tem por escopo analisar a execução da pena em segunda instância evidenciando os fundamentos de sua inconstitucionalidade. Além de inócua, ela constitui grave violação à Constituição e, sobretudo, lesão aos direitos fundamentais garantidos por esta a todo cidadão da República. Do mesmo modo, este livro realça a importância do princípio da presunção de inocência e sua relação de pertinência com o trânsito em julgado da sentença condenatória, postulados estes que devem ser observados pelos juízes e tribunais. Constata, ainda, o cerceamento da ampla defesa e da instrução contraditória em detrimento do devido processo legal.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001401

N244e Nascimento, Carlos Valder do

Execução da Pena em Segunda Instância: fundamentos de sua Inconstitucionalidade / Carlos Valder do Nascimento. - Belo Horizonte : Fórum, 2018.

111 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0505-6

1. Direito penal. 2. Execução da pena. 3. Segunda Instância. 4. Inconstitucionalidade.
I. Título.

CDD 345

CDU 343

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NASCIMENTO, Carlos Valder do. *Execução da pena em segunda instância: fundamentos de sua inconstitucionalidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 111 p. ISBN 978-85-450-0505-6.

Carlos Valder do Nascimento

Professor aposentado da Universidade Estadual de Santa Cruz. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Público e da International Fiscal Association – Holanda. Ex-professor da Escola de Magistratura do Trabalho (Bahia), da Academia de Letras de Ilhéus e de Itabuna (Bahia), da Escola Superior de Advocacia da OAB-BA, da Escola Superior de Administração Fazendária do MF-ESAF e da Academia Brasileira de Ciências Jurídicas – Salvador/BA.

SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DA LEI E DO DIREITO	15
1.1 Conectividade entre a lei e o direito	15
1.2 Leis extravagantes dificultam a exegese	16
1.3 Regras, princípios e valores jurídicos fundamentais.....	17
1.4 Tratados e convenções internacionais	20
CAPÍTULO 2	
PROTAGONISMO JUDICIAL DO PROCESSO PENAL SEM BASE LEGAL.....	23
2.1 Ampliação do objeto do libelo acusatório.....	23
2.2 A súmula como fundamento do processo decisório	24
2.3 Desigualdade da paridade de armas: acusação <i>versus</i> defesa	25
2.4 A democracia, a soberania popular e o procedimento	28
2.5 A sentença penal condenatória e suas consequências	30

2.5.1	A questão Lula está sobrestada enquanto o STF não decidir prisão após segundo grau	36
2.5.2	A prisão processual de Lula não determinada no acórdão	39

CAPÍTULO 3

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA EXECUÇÃO DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA		43
3.1	A concepção de Leonardo Isaac Yarochevsky	43
3.2	A concepção de André Luis Callegari	44
3.3	A concepção de Luigi Ferrajoli	45
3.4	A concepção de Antônio Carlos de Almeida Castro	46
3.5	A concepção de Lenio Luiz Streck	47
3.6	A concepção de Flávio Dino	48
3.7	A concepção de Frederico Rocha Ferreira	50
3.8	A concepção de Douglas Rodrigues da Silva	51
3.9	Carta internacional dos advogados	52

CAPÍTULO 4

A LEI DA FICHA LIMPA E A INELEGIBILIDADE		55
4.1	A execução da pena em segunda instância	55
4.2	Do órgão colegiado e a inelegibilidade	58
4.2.1	A Lei da Ficha Limpa	58
4.2.2	A questão semântica do termo “colegiado”	60
4.2.3	Inelegibilidade	61
4.2.4	A situação de estrutura jurídica que envolve o caso Lula	62
4.3	Acesso dos investigados aos tribunais superiores	63
4.4	Sem provas não se pode condenar ou culpar alguém	64

CAPÍTULO 5

O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA		67
5.1	Presunção de inocência e <i>status dignitatis</i>	67
5.2	Presunção de culpabilidade e <i>in dubio pro reo</i>	68
5.3	Presunção de inocência e execução antecipada da pena	70
5.4	A presunção de inocência como garantidora de direitos fundamentais	73
5.5	O núcleo imodificável do texto constitucional	75

CAPÍTULO 6

O DEVIDO PROCESSO LEGAL		79
6.1	O caráter de parcialidade do julgamento	79
6.2	Cerceamento do direito de defesa	83
6.3	Somente o rito processual não garante o contraditório	83
6.4	A acusação reescreve o roteiro da obra de Franz Kafka	85
6.5	Supressão de instâncias jurídicas superiores	88
6.6	O uso da teoria do domínio do fato de Roxin pelo MP e pelo Judiciário	91

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS		97
7.1	Os embargos de declaração	99
7.2	Ação declaratória de nulidade absoluta da sentença (<i>querela nulitatis insanabilis</i>)	100
7.3	Recursos	101
7.4	<i>Habeas corpus</i>	104

REFERÊNCIAS		107
-------------------	--	-----